


# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
 <b>PODCAST EXCLUSIVO</b>	
O Início da Era da IA no Direito?.....	21


## 1

<b>O PROCESSO E AS DECISÕES JUDICIAIS NA PERSPECTIVA DA RACIONALIDADE INTERPRETATIVA E DA LINGUAGEM JURÍDICA DIANTE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA</b> .....	35
1.1 ACESSO À JUSTIÇA E AS PREMISSAS ESSENCIAIS À FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NA PERSPECTIVA DA LINGUAGEM JURÍDICA.....	37
1.1.1 O processo como promotor de direitos e garantias fundamentais: paradigmas estatais e influências no modelo processual.....	41
1.1.2 O Poder Judiciário e a construção interpretativa das decisões.....	50
1.1.3 As decisões judiciais e os padrões decisórios vinculantes: o uso da linguagem argumentativa.....	55
1.2 A NECESSÁRIA REFUNDAÇÃO DAS BASES INTERPRETATIVAS E COMUNICACIONAIS EM TEMPOS DE HIPERCONNECTIVIDADE.....	64
1.2.1 Modificações contemporâneas na sociedade digital: entre a hiperconnectividade e as reconfigurações do campo jurídico.....	66


## 2

<b>TRIBUNAIS HÍBRIDOS: DA DIGITALIZAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PERMEADA PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)</b> .....	75
 <b>PODCAST EXCLUSIVO</b>	
Digitalização ou Transformação?.....	75
<b>2.1 DIMENSIONANDO AS APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS NO PODER JUDICIÁRIO..</b>	77
2.1.1 O contexto de ampliação do desenvolvimento digital.....	81
2.1.2 Conceitos fundamentais relacionados às novas tecnologias aplicadas à solução de problemas jurídicos.....	83
2.1.2.1 Digitalização x Automação x Transformação Digital.....	83
2.1.2.2 Inteligência Artificial.....	88
2.1.2.2.1 Inteligência Artificial Simbólica, Analítica, Preditiva, <i>Machine e Deep Learning</i> , Fraca (específica), Forte, Capaz, Supervisionada, Não Supervisionada, Por Reforço, Auto supervisionada: Conceitos Básicos.....	93
2.1.2.2.2 Inteligência Artificial Generativa (GenAI ou IAGen) e <i>Large Language Models</i> (LLMs).....	102
2.1.2.2.3 O processamento de Linguagem Natural (PLN)...	115
<b>2.2 A CUSTOMIZAÇÃO DE DESENHOS PARA A SOLUÇÃO DE DISPUTAS COM O AUXÍLIO DA TECNOLOGIA: NOVAS ABORDAGENS PARA O TRATAMENTO DE PROBLEMAS JURÍDICOS</b> .....	120
2.2.1 A customização de desenhos procedimentais.....	121
2.2.2 A Tecnologia como insumo para a descoberta de realidades processuais e fomento às políticas públicas para a inovação e efetividade da Justiça.....	130
2.2.2.1 O programa da Justiça 4.0.....	131
2.2.2.2 Cortes online, Tribunais Híbridos: interação homem x máquina.....	138
2.2.2.3 Inteligência Artificial analítica e a descoberta de realidades processuais.....	145
2.2.2.4 A Inteligência Artificial Generativa como fenômeno de customização.....	159

## 3


<b>BASES ÉTICO-NORMATIVAS E CONCEITUAIS PARA A ELABORAÇÃO DA PESQUISA EMPÍRICA SOBRE A IAGEN NO JUDICIÁRIO</b> .....	163
 <b>PODCAST EXCLUSIVO</b> Domando o Algoritmo.....	163
3.1 DIRETRIZES ÉTICAS FUNDAMENTAIS.....	166
3.2 DIRETRIZES NORMATIVAS PRINCIPAIS .....	187
3.3 DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS DE AVALIAÇÃO: UNESCO E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....	206
3.3.1 Projeto de diretrizes da UNESCO para a utilização de sistemas de IA em Tribunais.....	207
3.3.2 Relatório de pesquisa Inteligência Artificial Generativa no Poder Judiciário, Conselho Nacional de Justiça .....	207
3.3.3 A Resolução n. 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça .....	213
3.4 CRITÉRIOS DE ANÁLISE IDENTIFICADOS EM TRABALHO ANTERIOR: HIPÓTESES TESTADAS EMPIRICAMENTE .....	218
3.4.1 Identificação do contexto para compreensão correta de um acontecimento ou fato.....	219
3.4.2 Adaptação processual que há de ser permeada por garantias, resguardadas por meio do devido processo legal (tecnológico).....	220
3.4.3 Práticas de governança e a <i>data ethics</i> .....	223
3.4.4 Supervisão e a centralidade do ser humano para aplicações de Inteligência Artificial Generativa .....	227
3.4.5 Literacia ou letramento digital .....	232
3.4.6 Escalabilidade dos modelos .....	234
3.4.7 Equipes multidisciplinares e participação social coletiva .....	234
3.4.8 Interoperabilidade entre os sistemas: a conversa necessária entre os modelos de IA, por estruturação aberta.....	236
3.4.9 Diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados, segurança da informação e sustentabilidade ambiental .....	237
3.4.10 A Inteligência Artificial (Generativa) como elemento de cumprimento do dever de autorreferência e constrangimento epistemológico no alcance da coerência e integridade das decisões judiciais .....	240
3.4.11 Auxílio tecnológico à fundamentação judicial: o lugar da IAGen na decisão.....	241
3.4.12 Desmistificação da ideia e cultura da existência de um “Juiz Robô” hermenêutico-linguístico-cognitivo substituto da humanidade .....	242

# 4

<b>PESQUISA EMPÍRICA: METODOLOGIA DO ESTUDO DE CASO À OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE</b> .....	245
 <b>PODCAST EXCLUSIVO</b>	
O Método por Trás da Máquina.....	245
4.1 O ESTUDO DE CASO, A PESQUISA DE CAMPO E OS GRUPOS FOCAIS (PERSONAS): CONCEITOS E APLICAÇÕES.....	247
4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO, A PARTIR DOS DADOS: DA COLETA ÀS LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	249
4.2.1 Observador participante em projetos de Inteligência Artificial Generativa.....	249
4.2.2 A coleta de dados: Objetivos, unidades de análise e a escolha dos Tribunais envolvidos no estudo.....	252
4.2.2.1 Objetivos específicos da pesquisa quantitativa/qualitativa e as unidades de análise.....	252
4.2.2.2 A escolha dos Tribunais e a metodologia específica criada para a obtenção dos dados.....	258
4.2.3 Instrumentos utilizados e as eventuais limitações de pesquisas empíricas no Direito.....	274
4.3 TRIBUNAIS A PARTIR DOS DADOS: A PESQUISA QUANTITATIVA.....	285
4.3.1 Questionário.....	285
4.3.2 Limitações concretas para a realização da pesquisa quantitativa e alterações metodológicas por determinação dos Tribunais.....	286
4.3.3 O caminhar para a obtenção do Aceite Institucional e a realidade do caso.....	289
4.3.3.1 Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).....	289
4.3.3.2 Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO).....	290
4.3.3.3 Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).....	292
4.3.3.4 Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).....	295
4.3.3.5 Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).....	297
4.3.3.6 Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)...	298
4.3.3.6.1 A necessidade da desistência de continuidade da pesquisa quantitativa no TJRS.....	298
4.3.3.7 Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE).....	301
4.3.3.8. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).....	303

4.3.3.8.1	O indeferimento para a realização da pesquisa empírica.....	303
4.3.3.9	Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI).....	304
4.3.3.9.1	O pedido de informação direcionado ao PJPI .....	304
4.4	PESQUISA QUALITATIVA.....	305
4.4.1	Entrevista.....	305
4.4.2	As condições de possibilidade para o alcance da pesquisa qualitativa e as metodologias de análise de discursos (convergências e divergências).....	306
4.5	O PESQUISADOR PARTICIPANTE: OLHARES ATIVOS.....	309

## 5

	<b>COLETA DE DADOS E ESTRUTURAÇÃO DE UM MODELO OPERACIONAL (FRAMEWORK) PARA IA NO JUDICIÁRIO</b> .....	321
	 <b>PODCAST EXCLUSIVO</b>	
	A Realidade da IA nos Tribunais.....	321
5.1	NOSSA PROPOSTA: DO DIAGNÓSTICO EMPÍRICO AO FRAMEWORK DE GOVERNANÇA DA IA NO JUDICIÁRIO .....	321
5.2	ANÁLISES, DISCUSSÕES E IMPRESSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS DA PESQUISA EMPÍRICA.....	324
5.2.1	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).....	332
5.2.1.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	333
5.2.1.2	Frequência de uso .....	335
5.2.1.3	Propósitos de uso .....	336
5.2.1.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	338
5.2.1.5	Transparência .....	339
5.2.1.6	Qualidade dos resultados gerados.....	340
5.2.1.7	Capacitação e treinamento.....	342
5.2.1.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualitativa?.....	343
5.2.1.9	Síntese geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e triangulação.....	343
5.2.2	Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO).....	346


5.2.2.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	347
5.2.2.2	Frequência de uso .....	349
5.2.2.3	Propósito de uso .....	350
5.2.2.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	351
5.2.2.5	Transparência .....	353
5.2.2.6	Qualidade dos resultados gerados.....	354
5.2.2.7	Capacitação e treinamento.....	355
5.2.2.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualita- tiva.....	356
5.2.2.9	Síntese geral do TJRO e triangulação.....	357
5.2.3	Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).....	357
5.2.3.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	358
5.2.3.2	Frequência de uso .....	360
5.2.3.3	Propósito de uso .....	362
5.2.3.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	363
5.2.3.5	Transparência .....	364
5.2.3.6	Qualidade dos resultados gerados.....	366
5.2.3.7	Capacitação e treinamento.....	367
5.2.3.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualita- tiva.....	368
5.2.3.9	Síntese geral do TJPA e triangulação.....	369
5.2.4	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).....	369
5.2.4.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	371
5.2.4.2	Frequência de uso .....	372
5.2.4.3	Propósito de uso .....	374
5.2.4.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	375
5.2.4.5	Transparência .....	377
5.2.4.6	Qualidade dos resultados e confiança.....	378
5.2.4.7	Capacitação e treinamento.....	379
5.2.4.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualita- tiva.....	381
5.2.4.9	Síntese geral do TJMG e triangulação.....	382
5.2.5	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC).....	382
5.2.5.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	384
5.2.5.2	Frequência de uso .....	386

---

5.2.5.3	Propósitos de uso .....	387
5.2.5.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	388
5.2.5.5	Transparência .....	390
5.2.5.6	Qualidade dos resultados gerados.....	391
5.2.5.7	Capacitação e treinamento.....	391
5.2.5.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualitativa.....	393
5.2.5.9	Síntese geral do TJSC e triangulação.....	394
5.2.6	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS).....	394
5.2.6.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	395
5.2.6.2	Frequência de uso .....	397
5.2.6.3	Propósitos de uso .....	398
5.2.6.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	399
5.2.6.5	Transparência .....	401
5.2.6.6	Qualidade dos resultados gerados e confiança.....	401
5.2.6.7	Capacitação e treinamento.....	402
5.2.6.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualitativa?.....	403
5.2.6.9	Síntese da pesquisa qualitativa realizada no TJRS.....	403
5.2.7	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) .....	403
5.2.7.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	404
5.2.7.2	Frequência de uso .....	406
5.2.7.3	Propósitos de uso .....	406
5.2.7.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	407
5.2.7.5	Transparência .....	408
5.2.7.6	Qualidade dos resultados gerados.....	409
5.2.7.7	Capacitação e treinamento.....	410
5.2.7.8	Demografia: o que mostram os dados sobre a pesquisa qualitativa?.....	411
5.2.7.9	Síntese geral do TJPE e triangulação.....	412
5.2.8	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) .....	412
5.2.8.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	413
5.2.8.2	Frequência de uso .....	415
5.2.8.3	Propósitos de uso .....	416
5.2.8.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	417

5.2.8.5	Transparência .....	418
5.2.8.6	Qualidade dos resultados gerados.....	419
5.2.8.7	Capacitação e treinamento.....	419
5.2.8.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualitativa?.....	420
5.2.8.9	Síntese geral do TJPR e triangulação qualitativa.....	420
5.2.9	Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	421
5.2.9.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	423
5.2.9.2	Frequência de uso .....	424
5.2.9.3	Propósitos de uso .....	425
5.2.9.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	426
5.2.9.5	Transparência .....	428
5.2.9.6	Qualidade dos resultados gerados e confiança.....	428
5.2.9.7	Capacitação e treinamento.....	429
5.2.9.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualitativa?.....	430
5.2.9.9	Síntese geral do STJ.....	430
5.2.10	Supremo Tribunal Federal (STF).....	432
5.2.10.1	Familiaridade dos usuários e colaboração institucional .....	433
5.2.10.2	Frequência de uso .....	434
5.2.10.3	Propósitos de uso .....	435
5.2.10.4	Percepção de riscos e medidas para mitigá-los.....	436
5.2.10.5	Transparência .....	439
5.2.10.6	Qualidade dos resultados gerados e confiança.....	439
5.2.10.7	Capacitação e treinamento.....	441
5.2.10.8	Demografia: o que mostram os dados da pesquisa qualitativa?.....	442
5.2.10.9	Síntese geral do STF.....	442
5.3	ESTRUTURA OPERACIONAL DE CONCRETIZAÇÃO ( <i>FRAMEWORK</i> ) PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA EM TRIBUNAIS.....	444
5.3.1	Contextualização Obrigatória.....	446
5.3.2	Adaptação ao Processualismo Constitucional Democrático (Devido Processo Legal Tecnológico).....	450
5.3.3	Governança Ética.....	453

---

5.3.4	Supervisão Humana Efetiva.....	454
5.3.5	Literacia Digital Obrigatória.....	456
5.3.6	Escalabilidade Sustentável dos Modelos.....	458
5.3.7	Multidisciplinaridade e Participação Social.....	460
5.3.8	Interoperabilidade Estruturada.....	462
5.3.9	Aplicação Concreta da LGPD, Segurança de Dados e Sustentabilidade ambiental.....	464
5.3.10	IA Generativa como Constrangimento Epistemológico.....	466
5.3.11	Auxílio tecnológico à fundamentação judicial: o lugar da IAGen na decisão.....	468
5.3.12	Desmistificação do Juiz Robô.....	470
5.4	SÍNTESE DAS PRÁTICAS OBSERVADAS: UM <i>CHECKLIST</i> OPERACIONAL DE GOVERNANÇA A PARTIR DA REALIDADE CONCRETA.....	472
5.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPLICABILIDADE DA ESTRUTURA OPERACIONAL ( <i>FRAMEWORK</i> ) PARA OUTROS CONTEXTOS.....	478
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	481
	 <b>PODCAST EXCLUSIVO</b>	
	O Veredito Final – Humanidade vs. Eficiência.....	481
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	493